

PROPOSIÇÕES À AVALIAÇÃO: O INVENTÁRIO NACIONAL DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA BRASILEIRA

Autoria

Kadidja Valéria Reginaldo de Oliveira - kadidja.oliveira@gmail.com

Gestão Pública / Insper - Instituto de Ensino e Pesquisa

Ciência da Informação / Universidade de Brasília

Fabiana Carvalho da Silva Bispo - fabiana.bispo@ifb.edu.br

Gestão e Negócios / Instituto Federal de Brasília

Resumo

Este trabalho explorou a concepção da Política Pública da Diversidade Linguística brasileira, buscando conhecer seus problemas, seus objetivos e ações, os atores principais, e os valores socioculturais, com vistas a compreender a realidade social em que foi constituída. Nesse contexto, o estudo é motivado em compreender como essa política pode ser avaliada, visando sua expansão ou aperfeiçoamento, considerando o seu processo de formulação, suas regras, os stakeholders envolvidos e o papel que esses exercem na política em questão, como caracterizado por BISPO (2018). O objetivo geral visa conhecer as especificidades do campo da Política Pública da Diversidade Linguística, instituída pelo Decreto nº 7.387 de 09 de dezembro de 2010, no sentido de identificar os elementos que sustentem, e alimentem, a fase de Avaliação somativa dessa política. Metodologicamente, quanto a abordagem a pesquisa é qualitativa, quanto a natureza é básica, quanto aos objetivos é exploratória e descritiva, e quanto aos procedimentos técnicos é documental. Os resultados obtidos permitiram concluir que essa Política Pública está em fase de Avaliação, o que evidenciou, portanto, a necessidade de conhecer os tipos de Avaliação de Políticas Públicas no intuito de apontar proposições a um modelo lógico de Avaliação.

PROPOSIÇÕES À AVALIAÇÃO: O INVENTÁRIO NACIONAL DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA BRASILEIRA

RESUMO

Este trabalho explorou a concepção da Política Pública da Diversidade Linguística brasileira, buscando conhecer seus problemas, seus objetivos e ações, os atores principais, e os valores socioculturais, com vistas a compreender a realidade social em que foi constituída. Nesse contexto, o estudo é motivado em compreender como essa política pode ser avaliada, visando sua expansão ou aperfeiçoamento, considerando o seu processo de formulação, suas regras, os stakeholders envolvidos e o papel que esses exercem na política em questão, como caracterizado por BISPO (2018). O objetivo geral visa conhecer as especificidades do campo da Política Pública da Diversidade Linguística, instituída pelo Decreto nº 7.387 de 09 de dezembro de 2010, no sentido de identificar os elementos que sustentem, e alimentem, a fase de Avaliação somativa dessa política. Metodologicamente, quanto a abordagem a pesquisa é qualitativa, quanto a natureza é básica, quanto aos objetivos é exploratória e descritiva, e quanto aos procedimentos técnicos é documental. Os resultados obtidos permitiram concluir que essa Política Pública está em fase de Avaliação, o que evidenciou, portanto, a necessidade de conhecer os tipos de Avaliação de Políticas Públicas no intuito de apontar proposições a um modelo lógico de Avaliação.

Palavras-chave: Avaliação. Diversidade linguística brasileira. Inventário Nacional da Diversidade Linguística.

INTRODUÇÃO

A diversidade linguística e o plurilinguismo são essenciais para o desenvolvimento sustentável. A diversidade linguística está cada vez mais ameaçada, na medida em que mais e mais línguas desaparecem. Em média, uma língua desaparece a cada duas semanas, levando com ela todo seu patrimônio cultural e intelectual. BRASÍLIA. Representação da UNESCO no Brasil.¹

No Brasil, conforme expresso na Constituição Federativa de 1988, o Art. 13. versa que a língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil. No entanto, além do Português são faladas mais de 270 línguas, sendo essas classificadas em categorias como de imigração, indígenas, afro-brasileiras, de sinais e crioulas (IPHAN, 2012). Tais dados foram apresentados pelo IPEA em 2010, a partir dos dados levantados pelo Censo IBGE de 2010, quando requereu, por meio de levantamento sociodemográfico, informações de natureza sociolinguística, em outros termos, para uma investigação sobre a população indígena no país, buscou-se informações sobre o pertencimento étnico, que para este propósito, foram introduzidos critérios de identificação internacionalmente reconhecidos, como a língua falada no domicílio e a localização geográfica (IBGE, 2012).

Nesse universo, um grande desafio de desenvolvimento para o país se configura quando se tem em questão o reconhecimento e a salvaguarda das línguas como patrimônio cultural,

¹ UNESCO. DIVERSIDADE LINGUÍSTICA. Disponível em <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/diversity-cultural-expressions-brazil>. Acesso em 08 mar. 2021. E, de forma recente (21 fev. 2020), a ONU News aponta que a Diversidade linguística está sendo ameaçada com desaparecimento das línguas e falta de acesso à educação no idioma original; para conhecer mais essa realidade, acesse <https://news.un.org/pt/tags/diversidade-linguistica>.

conforme apresentado no Relatório de Atividades do Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística do Brasil 2006-2007 (GTDL, 2008).

O GTDL, formado por representantes do Estado e da sociedade civil, esteve em atividade ao longo de quatro anos (de 2006 a 2009). À medida que os debates avançavam, tornou-se claro que as línguas necessitavam de um instrumento específico para o seu reconhecimento e valorização, diferente daquele utilizado para outros bens culturais.

Para esse caso, os procedimentos para identificação, registro e o reconhecimento dos valores culturais dessas línguas brasileiras, presente em uma grande dimensão geográfica e territorial como o Brasil, foram elaborados e apresentados por meio de um instrumento com a dupla finalidade, sendo essas a de pesquisar as línguas e de reconhecê-las como patrimônio cultural.

Tais procedimentos são expressos no Decreto 7.387/2010, nos Art. 4º ‘O Inventário Nacional da Diversidade Linguística deverá mapear, caracterizar e diagnosticar as diferentes situações relacionadas à pluralidade linguística brasileira, sistematizando esses dados em formulário específico’, e no Art. 5º ‘As línguas inventariadas farão jus a ações de valorização e promoção por parte do poder público’.

Nesse quadro, os objetivos do Inventário Nacional da Diversidade Linguística - INDL compreendem a promoção e valorização da diversidade linguística brasileira; o fomento da produção de conhecimento e documentação sobre as línguas faladas no Brasil e a contribuição para a garantia de direitos linguísticos.

Em relação aos atores principais dessa política são em grande número (IPHAN, 2019), sendo apresentado aqui *ipsis litteris* do conteúdo do sítio do IPHAN, sendo que o mais importante deles são as comunidades linguísticas, ou seja, os grupos de pessoas que falam determinadas línguas e que as reconhecem como parte integrante da sua identidade, do seu modo de viver e de estar no mundo. Os processos de produção de conhecimento e reconhecimento de línguas devem ser realizados com participação, anuência e protagonismo dos falantes. Essa participação é fundamental para o fortalecimento da diversidade linguística.

Outros atores importantes são os poderes públicos aos quais se refere o Decreto Nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010. Entende-se por poderes públicos tanto o governo federal quanto os Estados e Municípios, nas suas diversas instâncias e órgãos.

Como aponta Morello (2012), tem-se que

A questão que então se coloca é que a história de silenciamento e interdição que submeteu inúmeros brasileiros a uma situação de marginalidade linguística (e também identitária), com profundos efeitos sociais ligados à negação de suas línguas (pelos próprios falantes e por seus outros), afeta fortemente sua capacidade de se fazer representar nos âmbitos nacionais institucionalizados de gestão das políticas que lhes dizem respeito. (MORELLO, 2012, p.36)

Esse panorama embasa a construção de uma política pública para a Diversidade Linguística, o qual tem como premissa a Carta de Barcelona, assinada em 1996 por representantes de todos os continentes, identificada como a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. Essa Carta é “considerada um marco importante para o início das discussões a respeito de políticas voltadas para os direitos linguísticos.” (IPHAN, 2012, p. 11).

Nessa conjuntura, no Brasil, em 2006, aconteceu um “Seminário sobre a Criação do Livro de Registro das Línguas”², por meio de parceria entre o IPHAN, a Comissão de Educação

² **Devido à desigualdade linguística pelo mundo, uma língua morre.** Câmara dos Deputados. COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Registro do pronunciamento feito pelo Deputado Paulo Delgado. Presidente da Comissão de Educação e Cultura, feito na abertura do **Seminário Criação do Livro de Registro de Línguas. A LÍNGUA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO.** Disponível em:

e Cultura da Câmara dos Deputados (CEC) e o Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL).

Esse seminário também contou com a participação de especialistas em diferentes línguas e em políticas linguísticas, representantes de instituições governamentais e falantes de línguas minoritárias, que representam as entidades institucionais e os atores envolvidos com a causa em questão.

Ressalta-se que o Seminário teve como objetivo debater e propor estratégias para a preservação da diversidade linguística brasileira por meio da implantação de políticas públicas.

Desse modo, considerando a relevância da Diversidade Linguística brasileira, como uma política pública, e que ao completar seu decênio, é possível observar que promoveu o engajamento da sociedade para sua eficácia, questiona-se: *diante dos modelos de Avaliação de Política Pública, quais seriam os elementos que alimentariam a Avaliação adequada a esta política?*

Portanto, o objetivo geral deste estudo visa conhecer as especificidades do campo da Política Pública da Diversidade Linguística, instituída pelo Decreto nº 7.387 de 09 de dezembro de 2010, no sentido de identificar os elementos que sustentem, e alimentem, a fase de Avaliação dessa política.

REVISÃO DE LITERATURA

1. POLÍTICA PÚBLICA

Uma Política Pública emerge da necessidade de tratamento de um Problema - podendo este compreender um Problema-macro que considera vários problemas interligados - no propósito de atingir sua eficácia.

Secchi³ (2010), esclarece que Políticas públicas se referem ao curso de ação que é adotado para solucionar problemas pertinentes à esfera pública da sociedade.

Por sua vez, as Políticas Públicas possuem finalidades distintas e são diversas, podendo ser identificadas por tipologias, servindo para auxiliar na análise da política pública. Como apresentado por Secchi (2013) “As tipologias diferenciam as Políticas Públicas de acordo com o conteúdo: a essência das políticas públicas.”

Para os tipos de Políticas Públicas, conforme Secchi (2013), tem-se, na Tipologia de Lowi, como base o critério de “impacto esperado na sociedade”, que segundo esse critério, há quatro tipos de políticas públicas, a saber:

- Políticas regulatórias: Estabelecem padrões de comportamento, serviço ou produto para atores públicos e privados. São genéricas e, segundo Lowi, as políticas regulatórias se desenvolvem predominantemente dentro de uma dinâmica pluralista.
- Políticas distributivas: geram custos difusos para toda a coletividade/contribuintes e benefícios concentrados para alguns atores. A grande dificuldade no desenho de políticas distributivas é a delimitação do grupo beneficiário. Segundo Lowi, as políticas distributivas se desenvolvem predominantemente dentro de uma dinâmica de *logrolling* (o troca-troca de apoios).
- Políticas redistributivas: implicam custos concentrados sobre alguma categoria de ator, e concedem benefícios concentrados em outra categoria de ator. Segundo Lowi, as políticas redistributivas se desenvolvem predominantemente dentro de uma dinâmica elitista.

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=F5CA41FB8CE2E885D68E268D9C71AB88.proposicoesWebExterno1?codteor=380168&filename=DIS+22788/2006. Acesso em 12 mar.2021.

³ Prof. Leonardo Secchi, Ph.D. - UDESC/ESAG. © 2012, Cengage Learning Edições Ltda.

- Políticas constitutivas: são aquelas que definem competências, jurisdições, regras da disputa política e da elaboração de políticas públicas. São chamadas metas políticas e estão acima das outras políticas públicas.

Segundo o autor, a tipologia de Lowi despertou interesse na academia e no campo profissional, por sua utilidade para estudos comparativos em um setor de políticas públicas.

Em relação às tipologias, o autor também apresenta a Tipologia de Wilson, Tipologia de Gormley, Tipologia de Gustafsson, Tipologia de Bozeman e Pandey, e as novas tipologias, que são úteis para distinguir fenômenos.

Por fim, para o autor, “o uso de tipologias tem sido muito úteis para comparações intersectoriais, comparações entre níveis de governo e comparações internacionais de fenômenos políticos-administrativos” (SECCHI, 2010, p.24).

No caso de Políticas Governamentais, são políticas elaboradas e estabelecidas por atores governamentais. É um subgrupo das políticas públicas.

Todavia, as políticas públicas são estruturadas por etapas, e constituem um Ciclo de Políticas Públicas.

O ciclo de políticas públicas, também conhecido como Processo de Política Pública (SECCHI, 2013), é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes, ou seja, um conjunto de etapas que perpassam pela identificação do problema, fase de reconhecimento de situações que precisam de soluções; formação de agenda, momento em que são definidas quais questões levantadas têm mais urgência para serem tratadas; tomada de decisão, etapa em que são estipuladas as ações que serão executadas, como recursos e prazos de ação da política, por exemplo – neste momento, as decisões são expressas em leis, normas, decretos etc.; implementação, momento de ação, em que as escolhas se tornam atos e as políticas públicas são colocadas em prática; e, por último, a etapa de avaliação, que consiste em analisar a eficiência dos resultados obtidos e a identificação de ajustes e melhorias necessárias.⁴

Figura 4: Ciclo de Políticas Públicas



Extraído de Secchi (2012). Capítulo 3. p.33

Cada Política possui seu objeto distinto, os atores que representam a sociedade civil organizada, os grupos de interesse no objeto e a representação do Estado. Assim, para o estudo do objeto, considera-se o processo de avaliação da política pública na identificação de seus elementos.

⁴ © 2021 Inteligov | Blog. Todos os direitos reservados. Disponível em : <https://blog.inteligov.com.br/politicas-publicas/>, acesso em 11 fev. 2021.

Para Secchi (2013), a avaliação da política pública é o “processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública”. Pode ser uma Avaliação *ex ante*, Avaliação *ex post* e Avaliação *in itinere*.

O autor nos destaca que Avaliação da Política Pública possui padrões (parâmetros), sendo esses:

- padrões absolutos: metas estabelecidas antes da implementação;
- padrões históricos: valores ou descrições já alcançados no passado;
- padrões normativos: metas estabelecidas com base em um *benchmark* ou *standard* ideal.

No contexto da Política Pública da Diversidade Linguística, a linha do tempo, que dá a conhecer a concepção e o desenvolvimento da Política Pública da Diversidade Linguística, é representada na figura 1:

Figura 1. A concepção e o desenvolvimento da Política Pública da Diversidade Linguística.



Elaborada pela autora.

• Marcos

GTDL: Atividades do Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística do Brasil. (2006 – 2007)

1. Providências iniciais Criado em cumprimento à recomendação do Seminário sobre a Criação do Livro de Registro das Línguas, o Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística do Brasil (GTDL) foi oficializado por meio da Portaria n. 586, de 11 de dezembro de 2006, do Presidente do Iphan, depois atualizada pela Portaria n. 274, de 03 de setembro de 2007. Em consonância com essa recomendação, o GTDL foi instituído com o objetivo de propor políticas públicas voltadas ao reconhecimento e promoção do multilinguismo do país.⁵

Proposta: Inventário Nacional da Diversidade Linguística

O Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) é instrumento de levantamento e registro das línguas faladas pelas comunidades linguísticas brasileiras. Estas línguas são constitutivas da história e da cultura do Brasil e devem ser entendidas como referências culturais da nação, tal qual ocorre com outros bens de natureza material ou imaterial.

Política Pública da Diversidade Linguística. Resultado da mobilização que envolveu setores da sociedade civil e governamentais interessados em mudar a visão de um país monolíngue, o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) nasceu do Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010, e foi instituído com instrumento oficial de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas faladas pelos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.⁶

⁵ Ver Anexo IV do relatório do Grupo de Trabalho INDL, disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/12_2%20Audi%C3%Aancia%20P%C3%BAblica%20Debate%20Diversidade%20Lingu%C3%ADstica%20no%20Brasil.pdf

⁶ Lançamento do guia de pesquisa e documentação do INDL, disponível em

<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3728/iphon-lanca-guia-de-pesquisa-e-documentacao-da-diversidade-linguistica-brasileira>

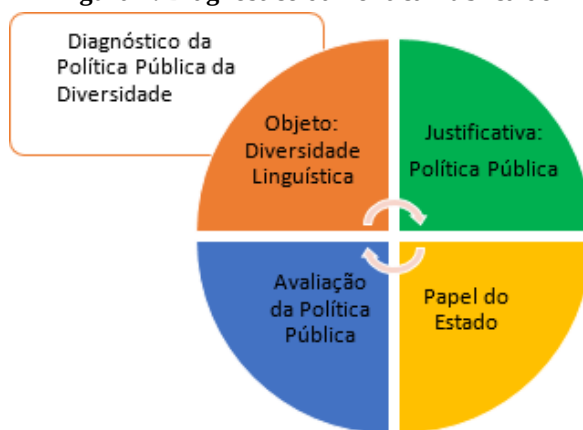
INDL. Iphan lança Guia de Pesquisa e Documentação da Diversidade Linguística Brasileira, publicado em 11 de agosto de 2016.

Em consonância ao que advoga Bispo (2018),

“(...) a formulação de uma política pública é um processo de mudança complexo onde as decisões do governo são transformadas em programas, procedimentos, regulamentos ou práticas que visem à melhoria social, práticas de gestão ineficazes podem fracassar ou tornar inexequível a implementação de boas políticas públicas.” (BISPO, 2018 p.15)

Tal problema pode ser compreendido a partir de um diagnóstico que suscite a delimitação e pertinência do problema. Esse diagnóstico (Figura 2) deve apresentar a real identificação do problema, suas causas potenciais, os dados quantitativos vinculados ao problema, o alinhamento de metas e adoção de políticas para o enfrentamento do problema, a razão que requeira a intervenção do Estado, e a análise do diagnóstico do problema - no propósito de atingir um objetivo de solução ideal.

Figura 2. Diagnóstico da Política Pública do INDL



Elaborado pela autora.

Nesse cenário, buscou-se explorar e identificar os elementos que constituíram a Política da Diversidade Linguística – expressa por meio do Decreto no. 3.787/2010, que se encontra em fase de Avaliação, alinhada a um processo de estudo e análise do ciclo de concepção da Política, bem como, identificar um modelo à concepção da Avaliação que considere Teoria, Métodos, Técnicas e Tipos de Avaliação que se adeque ao molde da Política em questão.

Em vista disso, é relevante conhecer os tipos de Avaliação de Políticas Públicas em programas de características socioculturais, identificar as melhores práticas em avaliação de Política Pública, conhecer alguns dos métodos e técnicas utilizadas na avaliação, bem como, os problemas práticos relacionados à implementação tendo em vista a proposição de um modelo para a fase da Avaliação.

Assim, em concordância com as ações do Departamento do Patrimônio Imaterial do IPHAN, consolidadas no Inventário Nacional da Diversidade Linguística, no que observa a realização de pesquisas para avaliação da Política identificada aqui como Política da Diversidade Linguística, evidencia-se a necessidade de conhecer essa diversidade linguística para poder salvaguardá-la. Isso permitirá, também, colocar no mapa as diferentes línguas existentes, contribuindo para a mudança da percepção dominante de que o Brasil é um país onde se fala apenas uma língua, onde se evoca a relevância social do estudo.

Em referência aos povos indígenas, os estudos especiais do IBGE, no Censo de 2010, retratam um Brasil Indígena na relação das línguas faladas. Nesse sentido, os resultados do Censo 2010, a partir da inclusão da identificação da língua falada (Figura 3), apontam para 274

línguas indígenas faladas por indivíduos pertencentes a 305 etnias diferentes. Essas declarações ultrapassaram as estimativas iniciais feitas pela FUNAI.

Figura 3: Censo Demográfico 2010 CD 2010 Questionário Básico

6.07 - FALA LÍNGUA INDÍGENA NO DOMICÍLIO? (Considere também o uso da língua de sinais)	
☐ 1 - SIM (Siga 6.08)	☐ 2 - NÃO (Passe ao 6.09)
6.08 - QUAL(ES)? (ESPECIFIQUE A(S) LÍNGUA(S) INDÍGENA(S) - ATÉ DOIS REGISTROS)	
6.081	
6.083	
6.09 - FALA PORTUGUÊS NO DOMICÍLIO? (Considere também o uso da língua de sinais)	
☐ 1 - SIM	☐ 2 - NÃO
(Tem idade menor ou igual a 10 anos, siga 6.10) (Tem idade maior do que 10 anos, passe ao 6.11)	

Extraído de: https://censo2010.ibge.gov.br/images/pdf/censo2010/questionarios/questionario_basico_cd2010.pdf

Entretanto, no que diz respeito aos números totais de língua e etnia, há ainda a necessidade de estudos linguísticos e antropológicos mais aprofundados, pois algumas línguas declaradas podem ser variações de uma mesma língua, assim como algumas etnias também se constituem em subgrupos ou segmentos de uma mesma etnia. IBGE, 2019⁷

Sobre o futuro, quanto ao avanço no propósito de valorização das línguas brasileira, diz Morello (2016)

(...) cumpre enfatizar que, se a ausência de informações atualizadas sobre a realidade linguística do país pode ser entendida como uma das principais razões para o recenseamento linguístico em todo o território nacional, uma pesquisa dessa natureza coloca o Estado diante do desafio de superar práticas e políticas públicas monolínguas para avançar em uma perspectiva de Estado plurilíngue, que contemple políticas linguísticas para todas as línguas brasileiras, articulando ações nos variados campos da educação, cultura, tecnologias e ciências. E coloca a sociedade, em especial as variadas comunidades linguísticas, diante do desafio de forjarem ações e estratégias para praticarem suas línguas como um direito constitutivo de sua cidadania. Se esse Estado e essa sociedade plurilíngues são de interesse da nação brasileira, o avanço em pesquisas demolingüísticas se torna prioritário. (MORELLO, 2016, p.438)

II_IDENTIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS AVALIATIVOS DA POLÍTICA PÚBLICA DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA

Como pontua Morello (2016),

“A produção de informações sobre todas as línguas brasileiras torna-se igualmente fundamental para o planejamento de políticas públicas de grande impacto, como a educação bilíngue em centenas de municípios plurilíngues do Brasil, como é o caso dos que estão situados em regiões de intensas imigrações, ou de forte presença indígena ou então que se situam em faixas de fronteira com países hispanofalantes e igualmente plurilíngues.”

Alinhado a um processo de estudo exploratório e a análise do ciclo de concepção da Política em questão, e considerando a identificação dos elementos com vista a um modelo à concepção da Avaliação que considere Teoria, Métodos, Técnicas e Tipos de Avaliação - que se adequem ao molde da Política em questão - apresento, como resultado de estudos do cenário, e sob a forma de respostas às questões norteadoras para o processo avaliativo, as questões a seguir:

1. Qual é o problema que o programa visa a solucionar?

O Inventário Nacional da Diversidade Linguística é o instrumento oficial de reconhecimento de línguas como patrimônio cultural. Conforme previsto no Decreto 7,387 de 09 de dezembro de 2010 o objetivo é “identificação, documentação, reconhecimento e

⁷ Disponível em <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/lingua-falada>. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Art. 1o).

2. Qual a justificativa para o estabelecimento do programa?

Os projetos que subsidiaram a motivação para a criação dessa política pública são:

- Levantamento sociolinguístico e documentação da língua e das tradições culturais das comunidades indígenas nahukwa e matipu do alto-xingu. Trata-se da identificação de variantes de uma mesma língua, a Língua Karib do Alto Xingu - LKAX. A LKAX é composta por duas variantes, cada uma delas composta por sub ou co-variantes: Co-variantes kuikuro e uagihütü, da variante falada pelas etnias Kuikuro e Matipu antigo (este último, daqui em diante, Uagihütü); Co-variantes matipu, nahukwa e kalapalo faladas pelas etnias matipu, nahukwa e kalapalo. O inventário diz respeito às co-variantes uagihütü, matipu e nahukwa;
- Inventário da língua GUARANI-MBYÁ. A língua guarani-mbya (família tupi-guarani, tronco linguístico tupi), possui grande expressão e representatividade no Brasil, já que está presente em mais de 60 (sessenta) municípios de seis estados: RS, SC, PR, SP, RJ e ES. Estima-se que, atualmente, haja cerca de 50 mil indígenas Guarani na América do Sul, divididos em diferentes grupos e falando variedades distintas de Guarani. O grupo Guarani-Mbyá conta com cerca de sete mil indivíduos no Brasil;
- Inventário da língua ayuru Língua wayoro (ayuru, ajuru) da família Tupari, tronco tupi. Foi feito o levantamento na terra indígena Guaporé, no sul de Rondônia, também chamado de Posto Ricardo Franco;
- A LÍNGUA ASURINÍ DO TOCANTINS. Os Asuriní são falantes de uma língua da família tupiguarani, moram na terra indígena Trocará, próxima ao Rio Tocantins, no estado do Pará. De acordo com dados da Funasa, 384 pessoas compõem o grupo dos Asuriní. Atualmente todos os Asuriní falam com fluência o português, sendo que os jovens e as crianças se comunicam quase que exclusivamente nesta língua;
- A libras no nordeste: um levantamento linguístico das variantes usadas nas comunidades de surdos de João Pessoa-PB e Recife-PE. A pesquisa está sendo realizada nos municípios de João Pessoa e Recife. A coleta dos dados dos sujeitos nela envolvidos ocorre nas Associações de surdos e escolas municipais;
- Para um inventário da língua Juruna. Os juruna vivem em Mato Grosso, em quatro aldeias, no Parque Indígena Xingu, com uma população de 241 pessoas. São todos falantes da língua indígena, sendo que os homens falam o português e as mulheres compreendem, mas não falam;
- Inventário da Diversidade e cultural da imigração italiana : o talian e a culinária. O talian constitui uma autodenominação dos falantes da RCI (Região de Colonização Italiana do RS) para uma variedade supra regional intracomunitária e intercomunidades (coiné) do italiano como língua alóctone em contato com outras variedades do italiano e com o português do Brasil, vinculada historicamente aos dialetos provenientes do norte da Itália, mas com características próprias, derivadas do contexto brasileiro que a diferem da matriz original e também de outras regiões brasileiras;
- Levantamento etnolinguístico de comunidades afro-brasileiras: Minas Gerais e Pará. A língua inventariada é o português afro-brasileiro: designa aqui uma variedade constituída pelos padrões de comportamento linguístico de comunidades rurais compostas em sua maioria por descendentes diretos de escravos africanos que se fixaram em localidades remotas do interior do país, praticando até os dias de hoje a agricultura de subsistência. Muitas dessas comunidades têm a sua origem em antigos quilombos de escravos foragidos e ainda se conservam em um grau relativamente alto de isolamento. Dessa forma, o português afro-brasileiro guardaria uma especificidade no universo mais amplo do português popular rural brasileiro (ou, mais precisamente, norma popular rural do português brasileiro),

não apenas pelas características socio históricas próprias às comunidades em que ele é falado, mas, sobretudo, pelas características linguísticas que o distinguiriam das demais variedades do português popular do Brasil (ou melhor, da norma popular brasileira).

3. Quais são seus objetivos formais? Há outros objetivos importantes? Quais?

Assim, os objetivos formais são: I. Promover e valorizar a diversidade linguística brasileira, II. Fomentar a produção de conhecimento e documentação sobre as línguas faladas no Brasil e III. Contribuir para a garantia de direitos linguísticos.

4. Quais são os principais insumos utilizados pelo programa?

Os principais insumos são as cinco categorias de línguas, a saber: Línguas de imigração; Línguas indígenas; Línguas afro-brasileiras; Línguas de sinais e Línguas crioulas.

O português, mesmo sendo língua oficial e majoritária do país (BRASIL, CF, 1988), possui variedades internas que caracterizam identidades de grupos e processos históricos específicos, podendo fazer jus a ações no âmbito da Política da Diversidade Linguística.

5. Quais são as principais atividades desenvolvidas pelo programa?

A Política da Diversidade Linguística atua através de dois instrumentos específicos: o Inventário Nacional da Diversidade Linguística – INDL e o Guia de Pesquisa e Documentação para o INDL.

Entre as ações de valorização previstas encontra-se o reconhecimento da importância das línguas como elemento de transmissão da cultura e como referência identitária para os diversos grupos sociais que vivem no país. Essa importância é reconhecida por meio do título de “Referência Cultural Brasileira”, emitido para cada língua incluída no Inventário Nacional da Diversidade Linguística. A produção de conhecimento sobre as línguas, incluindo a documentação audiovisual e os diagnósticos sobre vitalidade linguística, é elemento estruturante dessa política, pois parte considerável das línguas existentes ainda é pouco conhecida. Além de possibilitar a ampliação do mapa da diversidade linguística brasileira, os inventários também fomentam a mobilização das comunidades em torno dos temas da sua língua, da sua cultura e da sua identidade, contribuindo para o seu fortalecimento como gestores do seu próprio patrimônio cultural.

6. Quais são os principais resultados (de curto, médio e longo prazo) esperados do programa?

As linhas de atuação são duas:

- Reconhecimento: Acolhe todas as ações destinadas à inclusão de determinada língua no Inventário Nacional de Diversidade Linguística – INDL, em atendimento ao Decreto nº 7.387/2010. O processo de reconhecimento possui etapas e requisitos específicos, normatizados pelo Ministério da Cultura. A solicitação possui caráter coletivo e pode ser encaminhada a qualquer tempo sempre por uma pessoa jurídica, ou seja, instituição, órgão ou associação que represente a comunidade de falantes da língua. Segundo o Decreto, podem apresentar solicitações órgãos e instituições públicas federais, estaduais, distritais e municipais, entidades da sociedade civil e de representações de falantes, sempre acompanhadas de anuência da comunidade em relação ao reconhecimento. Para que uma língua possa ser incluída no INDL é preciso demonstrar o seu papel como elemento de referência para a identidade, a ação e a memória dos diferentes grupos que vivem no Brasil. Ou seja, ela precisa ser considerada uma referência cultural para seus falantes, estar inserida nas dinâmicas socioculturais das comunidades, ser articuladora de sentidos de pertencimento e significação do mundo.

- Apoio e Fomento: Acolhe ações que podem contribuir para o fortalecimento e promoção das línguas e da diversidade linguística, para além do Reconhecimento. As ações de Apoio e Fomento podem ser implantadas em diferentes finalidades:

- para apoio à produção de conhecimento e documentação sobre diversidade linguística;
- para execução das ações de valorização e promoção das línguas reconhecidas;

- para o fomento à preservação e disponibilização de acervos documentais e bibliográficos de interesse para a salvaguarda da diversidade linguística;
- para atender a necessidades de fortalecimento da língua apontadas no Dossiê de Inclusão no INDL;
- para atendimento de demandas específicas, não contempladas pelo INDL;
- para o desenvolvimento de ações amplas de promoção da diversidade linguística.

7. Quais são os principais serviços (ou produtos) produzidos pelo programa?

O IPHAN elaborou o Guia de Pesquisa e Documentação para o INDL, com o objetivo de orientar a produção de conhecimento e documentação sobre línguas, visando a sua inclusão no INDL. Ele propõe um escopo de dados/informações necessários para caracterizar determinada língua, fornece um conjunto de orientações teórico metodológicas e um formulário para a sistematização dos resultados da pesquisa. O Guia pode ser utilizado tanto para a produção de conhecimentos novos – em situações de identificação de línguas ainda não estudadas – como para a sistematização ou complementação de conhecimentos já existentes, produzidos em outros contextos.

8. Quem participa do programa (direta e/ou indiretamente)? Quem são os outros *stakeholders*?

A execução da Política da Diversidade Linguística envolve muitos atores. O mais importante deles são as comunidades linguísticas, ou seja, os grupos de pessoas que falam determinadas línguas e que as reconhecem como parte integrante da sua identidade, do seu modo de viver e de estar no mundo. Os processos de produção de conhecimento e reconhecimento de línguas devem ser realizados com participação, anuência e protagonismo dos falantes. Essa participação é fundamental para o fortalecimento da diversidade linguística. Outros atores importantes são os poderes públicos aos quais se refere o Decreto. Entende-se por poderes públicos tanto o governo federal quanto os Estados e Municípios, nas suas diversas instâncias e órgãos. O impacto e o alcance das ações de preservação da diversidade linguística dependem da articulação de todos, mas principalmente daqueles que são responsáveis diretos pelas áreas de educação, saúde e cultura, setores estratégicos para a garantia de direitos linguísticos.

As instituições da sociedade civil que trabalham no campo da diversidade linguística também são atores estratégicos nesse processo. Atuando junto com as comunidades e com o poder público, eles constituem uma importante rede de parceiros que potencializa o alcance das ações, permitindo que elas possam chegar a diferentes regiões e comunidades.

9. Há alguma decisão importante iminente que pode afetar o futuro do programa? Qual?

Sim. A Avaliação dessa Política Pública.

10. O programa foi previamente avaliado? Quais foram os resultados dessa avaliação?

O Programa, que completa 10 anos de vigência, está na fase de avaliação. Justamente nesse ponto que se apresenta a motivação para compreender o ciclo dessa Política Pública à sua Avaliação, aliado aos aspectos práticos relacionados ao campo nas atividades empíricas representadas em entrevistas, participação de eventos, e orientação de docentes à luz da construção de novos conhecimentos à área e no campo de atuação da gestão pública.

11. Qual o modelo lógico do programa?

Modelo lógico

- Consiste em uma matriz que cruza os diversos insumos (ações necessárias para execução) com as atividades, produtos, resultados e impactos esperados de forma sequencial e sistemática.
- Usado para exibir a racionalidade que sustenta uma política, identificar e descrever os diversos componentes do desenho, das operações e dos efeitos esperados.

O modelo lógico para esse programa não foi identificado. Porém, os elementos estruturadores da política nacional de reconhecimento e de inventário da diversidade linguística são:

a) Inventário Implementação de uma política de Inventário como etapa indispensável para o conhecimento e disseminação de dados sobre a diversidade linguística brasileira e como um instrumento de reconhecimento e salvaguarda das línguas como patrimônio cultural

b) Metodologia Necessidade de se estabelecer parâmetros comuns quanto ao escopo e a metodologia do Inventário, de forma a garantir a qualidade e a comparabilidade das informações, diante da diversidade de situações a serem descritas. Para o desenvolvimento deste tópico, foi constituído um subgrupo, composto pelos membros do GTDL com formação em linguística 4, que elaborou uma proposta que, discutida e aprovada pelo grupo, encontra-se anexada à minuta de decreto presidencial instituindo o Inventário Nacional da Diversidade Linguística - INDL (ver tópico c).

Em relação aos Membros (Figura 4.), tem-se na PORTARIA IPHAN Nº 586, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2006, que dispõe sobre o reconhecimento de grupo de trabalho criado por instituições governamentais e não governamentais para tratar de políticas públicas voltadas à preservação e proteção do multilinguismo no país.:

Figura 4. Atores envolvidos



Elaborado pela autora, com base em pesquisa documental⁸

⁸ Pesquisa Documental in: GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Onde:

I - Márcia Sant'Anna como representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan/MinC), como coordenadora do grupo;

II - Susana Grillo como representante da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/MEC;

III - Dennis Moore como representante do Museu Emílio Goeldi / MCT;

IV - José Carlos Levinho como representante do Museu do Índio /Funai/MJ;

V - Nilza de Oliveira Martins Pereira como representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/MPOG;

VI - Edy de Freitas como representante da Fundação Cultural Palmares / MinC; VII - Aryon Rodrigues como representante do Laboratório de Línguas da Universidade de Brasília (UnB);

VIII - Deputado Carlos Augusto Abicalil como representante da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados;

IX - Maria Cecília Londres como representante do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural;

X - Gilvan Müller de Oliveira como representante do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL);

XI - Jurema Machado como representante da Unesco/ONU. Art. 2º Integra na qualidade de suplente, o seguinte membro: I - Francisca Picanço como representante do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL).

III_CONCEITOS PARA O MODELO LÓGICO

Como apresentado por Cassiolato e Guerresi (2010) “A construção do modelo lógico é uma proposta para organizar as ações componentes de um programa de forma articulada aos resultados esperados, apresentando também as hipóteses e as ideias que dão sentido à intervenção.”

Os elementos do modelo lógico são: recursos, ações, produtos, resultados intermediários e finais, assim como as hipóteses que suportam essas relações e as influências das variáveis relevantes de contexto. (CASSIOLATO e GUERESI, 2010, p.298)

Após a identificação dos elementos dessa Política, e como proposição para a elaboração do Modelo Lógico, apresento os conceitos do Modelo Lógico.

Quadro 1. Conceitos do modelo lógico com base em CASSIOLATO e GUERESI, 2010

Macroproblema	A diversidade linguística está cada vez mais ameaçada, na medida em que mais e mais línguas desaparecem. Em média, uma língua desaparece a cada duas semanas, levando com ela todo seu patrimônio cultural e intelectual. (UNESCO)
Problema	Desaparecimento de línguas.
Descritores da situação atual	O país já possui sete línguas incluídas no INDL. São seis indígenas e uma de imigração. A língua Asurini, que pertence ao tronco Tupi, da família linguística Tupi-Guarani, cujos falantes habitam a Terra Indígena Trocará, localizada às margens do rio Tocantins, em Tucuruí (PA); a língua Guarani Mbya, identificada como uma das três variedades modernas da língua Guarani, da família Tupi-Guarani, tronco linguístico Tupi; e as línguas Nahukuá, Matipu, Kuikuro e Kalapalo, de família linguística Karib e que são faladas na região do Alto Xingu/MT. A língua de imigração incluída no INDL é o Talian, uma das autodenominações para a língua de imigração falada no Brasil onde houve ocupação italiana, desde o século XIX, nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Espírito Santo.
Objetivo do programa	Identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.
Público-alvo	Diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, dentre esses, os povos indígenas.
Beneficiários finais	Povos indígenas. Cidadãos brasileiros. Sociedade brasileira.
Recursos	Formalização de convênios com instituições privadas sem fins lucrativos ⁹ , TED, e parcerias com instituições de ensino público.
Ações	Poderão propor a inclusão de línguas no Inventário Nacional da Diversidade Linguística à comissão técnica, órgãos e instituições públicas federais, estaduais, distritais e municipais, entidades da sociedade civil e de representações de falantes.
Produtos	Registro, documentação e inventários de línguas brasileiras.
Resultados	As línguas inventariadas farão jus a ações de valorização e promoção por parte do

⁹ No que se refere ao patrimônio cultural imaterial, foram realizadas diversas ações que contribuíram com a inclusão social e o acesso a direitos sociais e culturais, a citar: instrução do processo de reconhecimento 22 para inclusão no Inventário Nacional da Diversidade Linguística – INDL – das línguas Karib do Alto Xingu: Nahukuá, Matipu, Kuikuro e Kalapalo; formalização de convênios com instituições privadas sem fins lucrativos cujos projetos foram aprovados no Edital 004/2014: Hunsrikucsh como língua brasileira de imigração, Inventário de Libras na grande Florianópolis e Diversidade Linguística na TI Ianomami; acompanhamento do Projeto Levantamento Sociolinguístico de 26 etnias de Rondônia, por meio de TED com o Museu Emílio Goeldi/PA, além da finalização do Guia INDL para subsidiar levantamentos sociolinguísticos. Relatório de Gestão do exercício de 2015 Brasília-DF, 2016. http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Relatorio_de_Gestao_2015.pdf

	poder público. Ampliação da representatividade do patrimônio cultural. De acordo com a Portaria IPHAN nº 200/2016, o reconhecimento de bens culturais imateriais é um dos macroprocessos do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI e possui quatro processos, dentre eles, requer incluir Línguas no INDL. ¹⁰
Fatores de contexto	A língua incluída no Inventário Nacional da Diversidade Linguística receberá o título de Referência Cultural Brasileira, expedido pelo Ministério da Cultura. A associação da expressão linguística à sua comunidade de referência e valorizar a expressão enquanto aspecto relevante do patrimônio cultural brasileiro. Há que se considerar também que os processos de Revalidação de bens culturais registrados e de inclusão de línguas no Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), também entendidos como processos de reconhecimento, foram impactados pelas consequências da publicação do Decreto nº 9.759/2019 ¹¹

IV_PROPOSTA DO MODELO LÓGICO (Retrospectivo)

A proposta baseia-se na compreensão dos componentes: explicação do problema e referências básicas do programa (objetivos, público-alvo e beneficiários, como apresentado nos elementos da Política); uma estruturação do programa para alcance de resultados (como pode ser identificado pelo Ciclo de Vida da Política Pública); e a identificação de fatores relevantes de contexto. Esses componentes fazem referência ao MODELO LÓGICO PARA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM PERSPECTIVA HISTÓRICA, de Krause (2020)¹².

De acordo com o autor, “verifica-se que o modelo pôde ser enriquecido pelos conhecimentos sobre os atos concretos da implementação das políticas públicas, conforme seu registro pelas fontes históricas.” (KRAUSE, 2020, p.3)

Diante disso foi utilizado o Instrumento de pesquisa do INDL/IPHAN (2016), cuja produção de conhecimento sobre as línguas têm seu escopo definido a partir de algumas temáticas centrais para a metodologia do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL).

Ressaltando que a Avaliação de um Política Pública, também considera padrões ou parâmetros, para uma referência comparativa aos seus indicadores, levou-se em conta os padrões históricos, que como apresentado por Secchi (2012) referem-se a “valores ou descrições já alcançados no passado e que facilitam a comparação por períodos (meses, anos) e, por consequência, geram informações sobre declínio ou melhora da política pública” (SECCHI, p.51)

Assim, apresento os quadros 1 e 2, para a representação do Modelo Lógico Retrospectivo.

Quadro 1. Explicação do Problema

Consequências	A diversidade linguística está cada vez mais ameaçada, na medida em que	Em média, uma língua desaparece a cada duas	Diante da estimativa de que esses idiomas possam desaparecer	A escola, que poderia interferir nesse processo, nem sempre é capaz de
----------------------	---	---	--	--

¹⁰ Relatório de Gestão 2018. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Relatorio_de_Gestao_2018.pdf

¹¹ Relatório de Gestão 2019 IPHAN 29_6_2019. Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%202019%20IPHAN%2029_6_2019%20Final%20Encaminhado%20ao%20TCU.pdf

¹² © Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea 2020 Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-. disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2572.pdf

MODELO LÓGICO PARA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM PERSPECTIVA HISTÓRICA Cleandro Krause Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2572>

	mais e mais línguas desaparecem.	semanas, levando com ela todo seu patrimônio cultural e intelectual. (UNESCO)	em 50 ou 100 anos, linguistas dedicam-se não apenas a registrá-los, mas também a trabalhar por sua sobrevivência	fazê-lo.
Problema central	A diversidade linguística está cada vez mais ameaçada, na medida em que mais e mais línguas desaparecem.			
Causas	O trabalho do linguista junto às comunidades indígenas é extenso e tem início, quase sempre, com a descrição da língua em seus inúmeros aspectos – os sons e suas combinações, as palavras e sua composição, as sentenças e suas formações, a língua em uso.	A partir da descrição, que é também uma maneira de conhecer e dominar a língua, o trabalho pode se desenvolver em distintas direções.	É fundamental a criação de contextos em que o idioma seja de fato utilizado.	Diante da importância da escrita para a cultura ocidental, o fato de as línguas indígenas serem ágrafas contribui para sua vulnerabilidade.

Elaborado pela autora com base em na PESQUISA FAPESP 273 z 79¹³

Quadro 2. Estruturação do programa para alcance de resultados

Causas Críticas	Ações	Produtos	Resultados Intermediários	Resultado final
Identificação da pesquisa	Cadastrar dados do proponente	Cadastro do Escopo do inventário	Documentação de anuência	Identificação da área de abrangência da pesquisa
Identificação do Território indígena	Cadastrar dados do Território indígena	Caracterização territorial	Documentação da identificação de onde as línguas são faladas	Caracterização do Território da Língua
Identificação da comunidade linguística	Cadastrar dados da comunidade linguística	População da comunidade linguística	Documentação da identificação da comunidade linguística falante	Caracterização da comunidade linguística
Identificação da Língua de referência	Cadastrar dados da língua de referência	Cadastro da língua de referência	Documentação da denominação, modalidade da língua, historicidade, classificação da língua, Língua e variedades, situação jurídica	Recursos documentais sobre a língua de referência, pessoas de referência, instituições de referência

¹³ 078-082_Línguas-indígenas_273.pdf. Novembro, 2018. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2018/11/078-082_L%C3%ADnguas-ind%C3%ADgenas_273.pdf.

Ausência de diagnóstico sociolinguístico	Realizar o diagnóstico sociolinguístico	Identificação dos falantes,	Aquisição, transmissão, escrita e leitura	Situações de uso, Reconhecimento das atitudes linguística da comunidade
Ausência da identificação da vitalidade da língua	Mapear as práticas comunidade falantes	Identificação de práticas de uso da língua	Revitalização da língua	Promoção da língua

Elaborado pela autora com base no Guia de pesquisa e documentação para o INDL (2016)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se apresentar proposições para a fase de Avaliação de Política Pública que se adeque a realidade da Política da Diversidade Linguística Brasileira, instituída pelo Decreto Nº 7.387/2010, vista a sua identificação como Patrimônio Cultural, nos moldes do Art. 2º As línguas inventariadas deverão ter relevância para a memória, a história e a identidade dos grupos que compõem a sociedade brasileira, e Art. 3º A língua incluída no Inventário Nacional da Diversidade Linguística receberá o título de “Referência Cultural Brasileira”.

A Diversidade Linguística brasileira é um somatório das lutas relacionadas a cultura, a identidade e a educação, garantidas pela constituição da carta cidadã de CF, 1988. A Literatura¹⁴ deixa claro que essa política retrata, também, a luta dos povos originários, e representa um grande avanço no reconhecimento de seus direitos, o que tende a ser potencializada mediante os resultados do reconhecimento das línguas brasileiras como bens culturais, por meio dos instrumentos do INDL, em sua eficácia enquanto Política Pública.

Como apresentado por Secchi (2010) as causas da extinção de uma política pública são basicamente três: Problema resolvido; Programas ou Leis avaliados como ineficazes; O problema perdeu progressivamente a importância. Há, ainda, política pública com “prazo de validade”, e essas são extintas ao fim do prazo.

Visto que já se completou o decênio da Política Pública da Diversidade Linguística, esse estudo buscou por elementos históricos e constitutivos da sua constituição e, ao identificá-los, aponta a necessidade urgente de sua Avaliação. Isso se justifica para que essa não seja extinta. Em função disso, sugere-se a Avaliação somativa da presente política, com vista a sua manutenção, identificação de sua efetividade e apresentação dos valores, com referência aos aspectos do Direito linguístico, justiça social e cidadania.

A esses valores gerados, é possível identificar pela sua aplicação, ou seja, sua eficácia, nos resultados como para ‘Talian, Asurini do Trocará e Guarani Mbya são as primeiras línguas reconhecidas como Referência Cultural Brasileira pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e que agora passam a fazer parte do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), conforme dispõe o Decreto 7387/2010.’¹⁵

Não obstante, ao considerar o ciclo da política pública, em seu decênio, essa política perpassou pelos estágios de definição de agenda, identificação de alternativa, avaliação de opções, seleção de opções e implementação, requerendo, no tempo presente, a Avaliação.

Nesse contexto, a Avaliação da política é um fato portador para sua permanência, e requer que seja realizada em consonância a sua vigência em uma escala de expansão, onde almeja-se que as línguas de povos originários, presente na diversidade linguística e cultural

¹⁴ Para outras informações sobre a criação do INDL e sobre a diversidade linguística como tema de políticas públicas, em função da revisão de literatura, indica-se conhecer o Dossiê Línguas do Brasil, conjunto de artigos publicados em Patrimônio – Revista Eletrônica do IPHAN, nº 6, de janeiro de 2007.

¹⁵ Três línguas são reconhecidas pelo Iphan como Referência Cultural Brasileira publicada em 19 de novembro de 2014, às 13h19. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/114/>.

brasileira, façam jus ao seu direito de existir, e sobretudo, sejam amparados pela proteção do Estado.

REFERÊNCIAS

- BISPO, Fabiana Carvalho da Silva. **A influência das regras na formulação de políticas públicas: o caso do PRONATEC**. 2018. 180 f., il. Tese (Doutorado em Administração)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Relatório do Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística do Brasil/GTDL. Brasília/DF, 2007**. Disponível em: <http://www.oriundi.net/files/grupo-de-trabalho-da-diversidade-linguistica-do-brasil-relatorio.pdf> Acesso em: 12 mar. 2021.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 7.387, de 09 de dezembro de 2010**. Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências.
- Casa Civil da Presidência da República. **Avaliação de políticas públicas : guia prático de análise ex ante**, volume 1. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília : Ipea, 2018. v. 1 (192 p.)
- CASSIOLATO e GUERESI. **COMO ELABORAR MODELO LÓGICO: ROTEIRO PARA FORMULAR PROGRAMAS E ORGANIZAR AVALIAÇÃO** in: Planejamento e avaliação de políticas públicas / organizadores: José Celso Cardoso Jr., Alexandre dos Santos Cunha. – Brasília : Ipea, 2015.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de Faria. **A Política de Avaliação de Políticas Públicas**. Revista Brasileira De Ciências Sociais - Vol. 20 No. 59. 2005
- GARCIA, Marcus Vinícius Carvalho. IPEA. **A diversidade linguística como patrimônio cultural**. Ano 10 . Edição 80 - 23/06/2014.
- IBGE. 2012. **Censo 2010: população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas**. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14262-asi-censo-2010-populacao-indigena-e-de-8969-mil-tem-305-etnias-e-fala-274-idiomasm#:~:text=Esse%20contingente%20somou%2078%2C9,%2C8%25%20na%20%C3%A1rea%20rural>. Acesso em 10 fev. 2021.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010 – Questionário básico**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://censo2010.ibge.gov.br/images/pdf/censo2010/questionarios/questionario_basico_cd2010.pdf. Acesso em: 01 ago. 2014.
- IPEA. **Retratos - Somos 210 Brasis. 2011**. Ano 8. Edição 65. Disponível em https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2488:catid=28&Itemid=23 Acesso em 10 fev.2021
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Brasil). **Guia de pesquisa e documentação para o INDL : patrimônio cultural e diversidade linguística** / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. – Brasília-DF, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/INDL_Guia_vol2.pdf Acesso em 12 mar. 2021.
- MORELLO, Rosângela. **Uma política pública e participativa para as línguas brasileiras: sobre a regulamentação e a implementação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL)**. Gragoatá. Niterói, n. 32, p. 31-41, 1. sem. 2012
- MORELLO, R. **Censos nacionais e perspectivas políticas para as línguas brasileiras**. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 33, n. 2, p. 431-439, 10 out. 2016.
- SECHI, Leonardo. (2012). **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo, Cengage Learning, 1ª edição
- SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013
- SIMÕES, Armando A. Escola Nacional de Administração Pública (Enap). **Curso: Avaliação de**

Políticas Públicas: tipologias e técnicas de análise. Disponível em <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3369>.